

**Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**

**Sub-eixo: Questão Urbana**

## **RIO DE JANEIRO E O PROJETO NEOLIBERAL DE CIDADE: OS MEGAEVENTOS POR TRÁS DO ESPETÁCULO**

**JOSÉ HENRIQUE GALDINO PERES<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O objetivo central deste trabalho é ajudar a descortinar o teatro montado por governantes e empresários do Rio de Janeiro sobre a importância dos megaeventos para a melhora na qualidade de vida da população. Iremos observar a conversão entre o espetáculo e a cidade neoliberal, analisando os megaeventos como uma readequação do Rio de Janeiro aos circuitos globais de acumulação.

**Palavras-chave:** cidade neoliberal; megaeventos; Rio de Janeiro.

### **RESUMEN**

El objetivo central de este trabajo es ayudar a desvelar el teatro montado por gobernantes y empresarios de Río de Janeiro sobre la importancia de los megaeventos para la mejora en la calidad de vida de la población. Observaremos la conversión entre el espectáculo y la ciudad neoliberal, analizando los megaeventos como una readequación de Río de Janeiro a los circuitos globales de acumulación.

**Palabras claves:** ciudad neoliberal; megaeventos; Río de Janeiro.

### **Introdução**

É difícil imaginar qualquer outro período histórico em que as classes dominantes tenham estendido tanto os limites da sua supremacia, alinhando uma concentração descomunal de riquezas e produção da barbárie com uma crise dos movimentos de esquerda na disputa pela direção intelectual-moral da sociedade. O neoliberalismo conquista um êxito ideológico impensável até para o mais otimista tecnocrata da Escola de Chicago, “[...] disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

negando, têm de adaptar-se a suas normas” (Anderson, 1995, p. 23). As históricas barreiras político-ideológicas apresentadas desde que a classe trabalhadora se constitui enquanto *classe para si* perderam força, resultando, desta forma, numa maior ostensividade do capital em potencializar os antagonismos de classe.

Passado meio século de neoliberalismo na América Latina – tomando como ponto de partida o golpe do general Augusto Pinochet no Chile, em 1973 –, torna-se urgente a realização de um balanço crítico. O cenário é devastador. O receituário dos *chicago boys* instituiu algumas macrotendências que materializam as novas formas da política-econômica, com destaque para a capitalização de setores ainda pouco explorados pelo mercado capitalista. Transformou-se direitos sociais – saúde, moradia, educação, segurança, previdência, assistência etc. – em fontes de lucro. Os entusiastas das ordens do capital propagam a redução das dimensões do setor público e necessidade de corte nos gastos sociais. O projeto de cidade está inserido nessa conjuntura.

Desde a reestruturação produtiva na América Latina gerada pelo neoliberalismo, houve uma crescente financeirização do capital e um endividamento da economia global. É retirado progressivamente do Estado a sua capacidade de controlar os fluxos do capital transnacional, aumentando o peso das decisões de agentes privados nas formas de regulamentação, definição de planos estratégicos e atividades de governança urbana (Motta, 2019). As cidades, para atrair investimentos, precisavam adequar seus espaços urbanos aos interesses financeiros especulativos. O Rio de Janeiro seguiu à risca essa exigência.

Em um curto espaço de tempo, a cidade do Rio tornou-se palco de diversos eventos internacionais, entre os quais: Jogos Pan-Americanos (2007); V Jogos Mundiais Militares (2011); Conferência Rio+20 (2012); II Jornada Mundial da Juventude da Igreja Católica (2013); Copa do Mundo de Futebol (2014); Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016). Isso somado aos já tradicionais grandes eventos do Rio, como o Carnaval, *Rock in Rio*, virada do ano etc. Para a adequação da cidade aos megaeventos, estabeleceu-se uma coalizão entre o empresariado e representantes públicos para montar um projeto de revitalização urbana. A promessa era de que esse projeto viria acompanhado por uma melhora de vida da população carioca.

Pensando nisso, este trabalho tem como objetivo ajudar a descortinar o teatro montado por governantes e empresários sobre a importância dos megaeventos para a qualidade de vida dos residentes do Rio. O discurso de “legado”, na verdade, serviu para promover mais uma onda de expropriações. Dividido em duas partes, primeiro iremos realizar um breve balanço crítico do

neoliberalismo no Brasil para, em um segundo momento, analisar o papel dos megaeventos nas novas dinâmicas de acumulação.

## 1. Neoliberalismo e o mercado como regulador das relações sociais

O processo de construção da hegemonia neoliberal não foi rápido. Durante os anos 1970, os países centrais ainda faziam apostas keynesianas para responder às crises econômicas, mas utilizavam a América Latina como palco para seus experimentos neoliberais (Anderson, 1995). A tecnocracia da Escola de Chicago acreditava que a ganância burguesa pudesse caminhar com as próprias pernas, sem um poder regulador estatal, e via nisso uma alternativa para a crise do Estado assistencialista. Prometeram o início de um ciclo de prosperidade econômica e consolidação democrática internacional, e para isso, bastava a construção de uma sociedade inteiramente constituída em torno do livre mercado (Harvey, 2008).

A longa relação entre a América Latina e o neoliberalismo foi brutal para a classe trabalhadora. Apoiado pelos Estados Unidos – carro-chefe da terceira divisão internacional do trabalho, que passa a ditar os rumos do capitalismo pós-1980 –, passou a imperar no continente latino-americano políticas de aumento da taxa de juros, financeirização, controle de emissão monetária e privatização dos serviços públicos. A ideia era empurrar para o mercado até mesmo o que antes não era sua atribuição.

O neoliberalismo promove as políticas públicas como ameaças à ordem social capitalista por, teoricamente, fortalecer os grupos políticos populistas e se omitir diante dos famigerados “sinais” de mercado (Harvey, 2008). Como um dos principais pilares ideológicos para a construção do consenso, é estabelecido ao senso comum o pensamento de que as crises econômicas inerentes ao capitalismo são ocasionadas pelo Estado interventor, fazendo-se necessário, portanto, diluir a máquina pública e fortalecer os setores privados. As expropriações de direitos, contrarreformas, congelamento de investimentos públicos etc. são empurrados goela abaixo da população brasileira como um sacrifício necessário em prol da retomada do crescimento, mas na verdade, tratam-se de expressões da apropriação do capital financeirizado sobre todas as esferas da reprodução social, inclusive das que, em tese, seriam de responsabilidade estatal.

Noutros termos, a busca desenfreada pela acumulação faz com que a burguesia se aproprie inclusive do que seria a socialização dos gastos com a força de trabalho, estreitando a articulação entre os direitos sociais e o setor privado, em especial o financeiro. A classe



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

trabalhadora, vendo suas necessidades fundamentais empurradas – moradia, saúde, educação etc – empurrada para relações de compra e venda, passa a ser inserida no capital financeiro por meio da concessão de créditos e financiamentos. O endividamento dos trabalhadores – com o capital se apropriando de anos de trabalho futuro – passa a ser a forma como conseguem acesso às suas necessidades vitais.

Os primeiros passos do neoliberalismo no Brasil são marcados por algumas particularidades. Se internacionalmente – inclusive por meio de ditaduras – a ordem neoliberal passa a ditar os encaminhamentos político-econômicos, para a sua manifestação mais concreta no Brasil, encontrou uma barreira inicial devido a algumas questões da luta de classes, sobretudo pelo processo de disputas pela redemocratização e posterior consolidação da Constituição Federal de 1988. A classe trabalhadora e seus aliados estavam organizados na luta por um Estado mais participativo na garantia de direitos constitucionais.

Com o fim da ditadura militar e o avanço da nova Constituição, houve um relativo rompimento com as relações sociais de cidadania regulada – iniciada nos anos 1930 e fortalecida durante a autocracia burguesa de 1964 –, cujo direitos eram restritos aos que participavam formalmente do mercado de trabalho (Mota, 2018). As lutas sociais impuseram um Estado mais participativo no papel de promover políticas de proteção social públicas e garantia de direitos civis e políticos.

Embora importante por simbolizar um marco na luta de classes no Brasil, configurando-se em vitórias parciais da classe trabalhadora no processo de disputa pela direção intelectual-moral da sociedade, a nova Constituição deu-se assegurando os anseios da classe dominante. Isso gerou um contexto contraditório para os brasileiros: viam, ao mesmo tempo, avanços em suas reivindicações coletivas desde os anos 1990 – constituem-se como exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, o Sistema Único de Saúde (SUS), também em 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, entre outras –, e um distanciamento progressivo entre a prescrição dos direitos e sua garantia.

Isso se deve, em grande parte, às políticas espoliativas advindas com a ascensão neoliberal, com a burguesia lançando mão dos seus aparelhos privados de hegemonia<sup>2</sup> para

---

<sup>2</sup> Aparelhos privados de hegemonia são "[...] organismos sociais 'privados', o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito", mas possuem "[...] uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade" (Coutinho, 1994, p. 54-5).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

propagar a ideia de um Estado com uma outra participação na reprodução das relações capitalistas. Guiados por estas políticas neoliberais, as classes dominantes reduzem a responsabilidade estatal de atuar na garantia de direitos básicos, defendendo que a qualidade de vida, de trabalho e de reprodução social da população sejam determinadas pelo livre empreendimento capitalista.

É possível afirmar que o neoliberalismo esbarrou, no Brasil, em uma forte mobilização sindical e resistência da classe trabalhadora, no qual exigências deveriam ser implementadas pelo Estado. Precisava-se, com isso, avançar nas suas formas combinadas de coerção e consenso para garantir a hegemonia ideológica da sociedade brasileira. O apaziguamento dos movimentos sociais indicam o sucesso desse esforço.

Propagou-se pelo modo de pensar burguês a ideia de ineficiência da máquina pública, colocando o Estado como paradigma da incompetência e corrupção. A população subalternizada encontra sentido nessas atribuições, tendo em vista os inúmeros escândalos de corrupção que permeiam o cotidiano do cenário político, além das muitas provas de péssimas gestões públicas por parte dos governantes. Mas ao atribuir unicamente a esses fatores, a ordem neoliberal ganha seu êxito ideológico ao afastar a população de uma análise mais estrutural e aprofundada para compreender as contradições capitalistas e sua produção sistemática de crises econômicas e sociais.

A promessa de liberdade e prosperidade econômica feita pela burguesia instaurou, na verdade, um autoritarismo global, fortalecendo as corporações que lucram em detrimento da privatização dos serviços públicos e retirada das políticas sociais, além de beneficiarem-se de guerras, desastres ambientais, epidemias e pandemias, expropriações dos trabalhadores, miséria, etc. Para a classe trabalhadora, resultaram relações de trabalho cada vez mais precarizadas, novas formas de criminalização da pobreza urbana, ampliação das expropriações secundárias etc.

Ana Elizabete Mota (1995), analisando a relação dialética que se estabelece entre a estrutura e a superestrutura na sociedade capitalista, busca explicações para a forma como a burguesia consegue tirar da classe trabalhadora as políticas tão importantes à sua reprodução social. A conclusão é de que não é possível falar da hegemonia neoliberal sem discutir as formas como o capitalismo consegue gerar uma sociedade quase que inteiramente tomada pela fetichização. A “cultura da crise” discutida pela autora possui direta relação com um personagem controverso nos debates políticos, sociais e econômicos contemporâneos; ele acorda de mau



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

humor quando políticos, dentro da democracia burguesa, tentam instituir políticas de redistribuição de renda, aumentar a fiscalização e regulação, investir em políticas sociais etc.; e bem humorado quando são aplicadas políticas de austeridade e contrarreformas. O dito “mercado”, personificado pelos aparelhos privados de hegemonia da burguesia e sancionado academicamente por propagandistas das ordens do capital, possui uma inquestionável influência na opinião pública. Políticos dos mais variados espectros partidários orientam-se em deixar esse famigerado “mercado” satisfeito.

As relações sociais reguladas pelo mercado são a síntese do êxito do projeto político e ideológico da burguesia neoliberal. Contudo, conforme afirma Behring e Boschetti (2016, p. 56), “o predomínio do mercado como supremo regulador das relações sociais, contudo, só pode se realizar na condição de uma suposta ausência de intervenção estatal”, com isso, o papel do Estado se resume “[...] a fornecer a base legal com a qual o mercado pode melhor maximizar os ‘benefícios aos homens’” (Behring; Boschetti, 2016, p. 56).

O Estado deixa de ser o ator político central na definição de políticas e ações públicas, transferindo esse papel a outros agentes da sociedade civil, sobretudo o empresariado (Motta, 2019). São estabelecidas alianças entre o público e privado, em que “[...] uma das obrigações do poder público seria garantir a adequação legal dos projetos propostos, seja com a alteração do texto normativo ou, ainda, com a concessão de licenças e autorizações, ainda que contrárias à legislação” (Naback; Guimarães, 2017, p. 6). A administração pública torna-se a ferramenta para a construção do novo projeto da burguesia. Ele decide o que será feito.

Sintetizando, a imposição do mercado financeiro à classe trabalhadora via consumo, concessão de créditos e endividamento, é a marca da apropriação do capital com a financeirização dos direitos sociais. Não se observa, portanto, o investimento necessário em saneamento, moradia, saúde pública e educação, para que as essas necessidades primárias de reprodução social da classe trabalhadora sejam convertidas em lucros via iniciativa privada. Esta estratégia impõe uma demanda à própria reprodução de vida da classe trabalhadora, para que os trabalhadores não tenham como suprimi-la sem que seja à préstimo capitalista.

## **2. Megaeventos: a conversão entre o espetáculo e a cidade neoliberal**

O neoliberalismo ocasionou, na cidade do Rio de Janeiro, em uma necessidade de readequação aos circuitos globais de acumulação. A possibilidade de sediar megaeventos se



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

tornou uma carta na manga do Rio no processo de disputa internacional por investimentos. A cidade foi colocada em uma grande vitrine, buscando impulsionar os setores imobiliários, de logística urbana e o de serviços, sobretudo o turismo. Para isso, era necessário a modernização do espaço urbano, visto que a projeção internacional que o Rio ganharia não se alinhava com a vasta ilegalidade e informalidade que pairavam sobre o território, gerando um clima de insegurança e desordem urbana (Brum, 2016). A revitalização foi propagada como “legado” dos megaeventos.

Governantes e empresários se mobilizaram no discurso de renovação da cidade, e iniciaram uma série de intervenções urbanas seletivas baseadas na valorização imobiliária. Para legitimar essas modernizações, viram nos megaeventos esportivos uma forma de conquistar o aval popular (Ferreira, 2014). Assim, conseguiriam associar as grandes obras que envolve a realização desses eventos – como estádios, centros esportivos, pavilhões de exposições, logística urbana, entre outros – com uma série de centros comerciais e bairros de alto padrão. A oportunidade de sediar a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos Internacionais, principais eventos esportivos, passa a ser concorrida internacionalmente, e o Brasil, e em particular o Rio de Janeiro, mergulham de cabeça nessa disputa.

Organizados pelas paraestatais como a Federação Internacional de Futebol (FIFA) e pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e com participação dos Estados, a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas se tornaram estratégicos para o desenvolvimento econômico das cidades, onde se incluía a renovação da infraestrutura urbana e o reacendimento de uma especulação imobiliária associadas aos jogos (Rolnik, 2014).

Os eventos serviram para, através dos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes, legitimar e pôr em prática as articuladas reivindicações de setores empresariais do estado do Rio (Brum, 2016). O discurso desses grupos empresariais pretendiam direcionar a projeção global da cidade com uma ordem urbana, transformando-a em um ambiente seguro de investimentos. Esse processo coincide com dois estabelecimentos das novas dinâmicas de acumulação: a redução do papel do Estado no atendimento das demandas urbanísticas, entregando-as, com isso, para as corporações privadas; e a importância de um projeto urbano voltado a captar uma “[...] parcela de um excedente financeiro global que paira sobre o planeta em busca de novos territórios para sua expansão e reprodução” (Rolnik, 2014, p. 67).

Tanto a FIFA como o COI sabiam da importância que passaram a ter depois da reestruturação produtiva neoliberal. Assim, adotaram como estratégia a transferência de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

responsabilidades financeiras, políticas e sociais para os países e cidades que sediaram o evento, reduzindo a quase zero os seus riscos (Oliveira, 2014). Ou seja, as escolhas das sedes prescreviam um rigoroso controle político e jurídico sobre essas localidades, como a fatídica Lei Geral da Copa (nº 12.663/2012), resultado do acordo do Governo brasileiro com a FIFA. Não à toa, desde a Copa de 2002 – coorganizada pelo Japão e pela Coreia do Sul, país em ascensão econômica –, os países dependentes foram maioria nas escolhas para a sede – África do Sul, Brasil, Rússia e Catar –, facilitando o outorgamento das exigências das instituições organizadoras. As entidades esportivas, para além de pressionarem o Estado a abrir grandes linhas de financiamento, interferiam nas escolhas das empresas responsáveis pela construção, indicavam parcerias para os projetos de engenharia e contavam com a subserviência dos governantes locais para a aprovação de leis excepcionais (Ferreira, 2014). Em troca, os países escolhidos passariam, em tese, a ter a legitimidade necessária para dispor dos recursos públicos, com aprovação popular, para a readequação das cidades aos novos estabelecimentos econômicos.

As candidaturas do Rio de Janeiro para os megaeventos da FIFA e do COI – ambas ocorridas no ano de 2007, consolidam esse projeto de cidade. Abraçando o discurso de legado, se estabeleceu uma grande coalizão político-econômica envolvendo “[...] os organismos esportivos internacionais e seus pares nacionais, os governos locais e os órgãos públicos de financiamento, as grandes empreiteiras, as elites fundiárias e imobiliárias” (Ferreira, 2014, p. 12). É criada uma grande mobilização para viabilizar os megaeventos.

Ainda segundo João Sette Ferreira (2014, p. 10), aos olhos desses mobilizadores, esta seria uma fórmula perfeita para a indução ao crescimento econômico, em que todo mundo sairia ganhando. As instituições organizadoras lucrariam em cima de milionários acordos de direitos televisivos, venda de ingressos, publicidade, entre outros. Os governantes, apesar da conta ser mais incerta, ganhariam ao ter sua imagem “[...] abrilhantada pela competência em ter conseguido atrair um evento globalmente popular, que coloca a cidade ou o país-sede na vitrine do mundo”. E para a burguesia, a grande fonte de dinheiro desses megaeventos são as obras que eles acompanham, somado ao aquecimento do mercado imobiliário, fundiário e da construção civil. Nas palavras de Nelma Gusmão de Oliveira (2014, p. 30), “é exatamente nesse ponto que a produção do espetáculo esportivo e da cidade neoliberal converge”.

Reparemos como essa grande mobilização exclui a população local. O reaquecimento econômico e a revitalização da cidade gerada pelos megaeventos aprofundam a desigualdade urbana e a segregação socioeconômica, seja ao provocar a ampliação do valor das moradias –



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

tornando inviável a permanência da população ali previamente situada – seja ao promover as expropriações de inúmeras famílias, empurrando-as para áreas mais afastadas das de interesse dos setores especulativos. Em 2009, foi elaborado pela prefeitura do Rio de Janeiro um programa de remoções de 119 favelas da cidade, totalizando cerca de 13 mil famílias (Medeiros *et al.*, 2012). Na prática, mais de 20,3 mil famílias foram removidas só entre 2009 e 2014, número bem superior. Acompanham os estádios e centros esportivos, os empreendimentos comerciais, condomínios residenciais de alto custo e criações de vias de acesso não prioritárias para a população da cidade (Maricato, 2014). Os danos aos moradores mais pobres locais também se dão também pelas leis excepcionais exigidas pelas instituições organizadoras.

Em 2007, ano das candidaturas, o então Presidente Lula assinou as “Garantias Governamentais” para os grandes eventos, assegurando: as permissões de entrada e saída de todas as pessoas envolvidas nos eventos; permissões de trabalho; direitos alfandegários e impostos; isenção geral de impostos para as instituições organizadoras; segurança e proteção; Bancos e câmbios; procedimentos de imigração, alfândega e *check-in*; proteção e exploração dos direitos comerciais; hinos e bandeiras nacionais; indenização; por fim, telecomunicações e tecnologia de informação. Posteriormente, no ano de 2012, foi publicada a Lei Geral da Copa, regulamentando normas para a realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de Futebol. Esses acordos, com propósitos meramente econômicos e políticos, incidiram diretamente na vigência de vários estabelecimentos constitucionais, precarizando as relações de trabalho necessária para o preparo e execução dos megaeventos.

Segundo Jorge Luiz Maior (2014), esses acordos promoviam uma vista grossa por parte do Estado sobre vários danos causados à classe trabalhadora. A começar pela própria construção dos estádios e demais obras dos grandes eventos. Estas envolveram excessivas jornadas para os trabalhadores – na maioria das vezes, terceirizados –, que para além de estendidas, foram intensificadas para a finalização dos serviços a tempo. Há, ainda, indícios de não pagamento das horas-extras, além dos muitos atrasos na remuneração. Foi recorrente, também, os acidentes de trabalho, inclusive fatais.

Em suma, os estabelecimentos das leis excepcionais para os grandes eventos previam a precarização do trabalho e a suspensão de várias normas constitucionais. Ficou estabelecido também que o Brasil assumiria total responsabilidade civil por qualquer dano relacionado a acidente de trabalho durante os eventos. Ou seja, essas entidades se aproveitam da

subserviência dos países-sede para tornar quase nulas as chances de qualquer eventual dano respingar nelas.

Os trabalhadores perceberam a sua não incorporação no processo de abertura para um “bom lugar de investimento” no capital financeiro global. Contrastavam, aos seus olhos, os grandes gastos públicos para a realização dos megaeventos e a precarização de áreas mais sensíveis à população, como hospitais públicos, creches e escolas. A expectativa de aprovação popular para revitalização urbana não se concretizou – e o movimento das Jornadas de Junho, em 2013, sintetiza bem isso.

Os governos – federal e locais – justificavam os gastos na indução econômica que esses eventos proporcionariam, vendo nas obras de infraestrutura e modernização uma forma de aquecer as economias nacional e regionais. Esse discurso não se sustenta quando olhamos um pouco mais atentamente sobre como os grandes equipamentos e projetos de reconfiguração urbana produziram a exclusão da maior parte da população, removendo-as das proximidades dos grandes estádios, e no caso do Rio de Janeiro, da Vila Olímpica e do Parque Olímpico. Foi marcante a subserviência aos padrões impostos pela FIFA e pelo COI, resultando na produção de espaços auto-segregados, acentuados pelos processos de privatização (Vainer, 2014).

Os megaeventos, ao contrário do propagado pelos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante, serviram para intensificar a produção desigual e segregada do espaço urbano, no qual “[...] eventuais benefícios dos investimentos realizados são apropriados pelas camadas de renda média e alta, mas sobretudo pelos detentores da propriedade fundiária e pelos capitais da promoção imobiliária” (Vainer, 2014, p. 73). Esta é a marca dos novos preceitos da posição assumida pela burguesia dependente na terceira divisão internacional do trabalho.

Em suma, destaca-se, conforme Motta (2019, p. 3), elementos importantes da preparação do Rio de Janeiro para sediar os grandes eventos esportivos: a convergência entre todas as esferas do poder político – com a presidência, o governo do estado e a prefeitura – sobre o projeto de cidade, e a participação central do setor privado nessa grande coalizão política, definindo as diretrizes desse reordenamento urbano.

O dito “legado urbano” dos megaeventos deve ser inserido nos novos estabelecimentos do capital financeirizado, frente ao crescimento da importância do mercado de especulação imobiliária no capitalismo internacional. O direito à cidade e à moradia tornou-se irrelevante frente aos ativos imobiliários especulativos (Rolnik, 2014). O projeto do Porto Maravilha, no centro do Rio, é um dos mais emblemáticos da cidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Em síntese, desde a consolidação neoliberal a partir dos anos 1980, se estabeleceu o modo de gerir as cidades caracterizada por parcerias público-privadas, no qual os investimentos são direcionados às áreas de atratividade especulativa. Esse princípio, “é oriundo do planejamento empresarial que, segundo seus idealizadores e defensores, afirmam que as cidades estariam submetidas às mesmas condições que as empresas” (Motta, 2019, p. 2). As cidades estão, a partir dessa perspectiva, em constantes disputas de captação de investimentos, eventos e turistas, e o planejamento estratégico – resultado da articulação entre setores da burguesia e os governantes locais – é estabelecido para aumentar a competitividade dessas localidades. Os investimentos realizados não possuem ligação com as necessidades e interesses da população local, contribuindo, assim, para o crescimento da produção da desigualdade do espaço urbano.

### Considerações Finais

Os megaeventos foram peças-chave para a produção desigual da cidade, tornando mais latentes as segregações socioeconômicas. As parcerias público-privadas serviram como uma forma de transferência de recursos políticos, financeiros e fundiários a setores da burguesia, sobretudo o empresariado (Vainer, 2014). O Estado dependente brasileiro, frente às novas formas institucionais de exceção, acentuou sua dimensão da barbárie durante o neoliberalismo, aumentando o autoritarismo e reduzindo a transparência. Este é o verdadeiro legado.

Tal estabelecimento provocou mudanças nos espaços da cidade do Rio de Janeiro, com investimentos públicos e privados nas grandes obras que serviram para reordenamentos urbanos específicos, além de ter retomado as políticas de remoções em massa, configurando nas graves violações de direitos humanos e à moradia (Motta, 2019). De fora do espetáculo só ficou a classe trabalhadora, mais uma vez expropriada para o estabelecimento da nova configuração do capital.

### Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-13.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2016.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. p. 53-76.

BRUM, Mario. **Ordem, empreendedorismo e formalização**: as novas funções para a pobreza urbana no Rio de Janeiro Global. *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*. Vol. 4, n.2. 2016. p. 191-220.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política**: A Dualidade de Poderes. São Paulo, Cortez, 1994.

FERREIRA, João Sette. Um teatro milionário. In: JENNINGS, Andrew (org.). **Brasil em Jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014. p. 7-16.

FLEURY, Sonia. **Estado sem cidadãos** – seguridade social na América Latina. RJ: Fiocruz, 1997.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

MAIOR, Jorge Luiz. Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente. In: JENNINGS, Andrew (org.). **Brasil em Jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014. p. 33-40.

MARICATO, Ermínia. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNINGS, Andrew (org.). **Brasil em Jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014. p. 17-24.

MEDEIROS, Mariana Gomes *et al.* **Copa do Mundo, Olimpíadas e a luta pelo direito à cidade no Rio de Janeiro**. II Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais (IPDMS), 2012. p. 1139-1167.

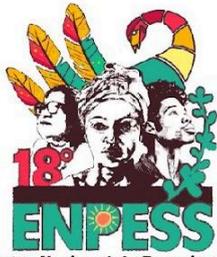
MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Expropriações contemporâneas**: hipóteses e reflexões. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.) *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018. p. 167-186.

MOTTA, Jonathan W. B. **Megaeventos, Estados e favelas sem UPPs no Rio de Janeiro**: qual legado?. *Ponto Urbe* 25. 2019. p. 1-20. Disponível em:  
<http://journals.openedition.org/pontourbe/7178>. Acesso: 04. ago. 2024.

NABACK, Clarissa Pires; GUIMARÃES, Virgínia Totti. **Disputas em torno da moradia e do meio ambiente na região da Barra da Tijuca**: os casos da Vila Autódromo e do Campo do Golfe Olímpico. XVII Enanpur – Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos para o planejamento urbano e regional?. São Paulo, 2017. p. 1-20.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão. Jogo espetáculo, jogo negócio. In: JENNINGS, Andrew (org.). **Brasil em Jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014. p. 25-32.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ROLNIK, Raquel. Megaeventos: o direito à moradia em cidades à venda. In: JENNINGS, Andrew (org.). **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2014. p. 65-70.

VAINER, Carlos. Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas?. In: JENNINGS, Andrew (org.). **Brasil em Jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.p. 71-78.